



SALVE-SE “O QUE” PUDER! (?)

UMA CRÍTICA SOBRE AS INTERVENÇÕES OCORRIDAS EM TRÊS PRAÇAS DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB

Anne Camila Cesar Silva (1)

LPPM, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, PPGAU - UFPB
(1) anne.ccs@gmail.com

Prof^a. Dr^a. Maria Berthilde Moura Filha (2)

LPPM, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, PPGAU - UFPB
(2) berthilde_uafb@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar as intervenções recentes ocorridas em espaços públicos do Centro Histórico de João Pessoa. Tomando como base o sítio histórico da capital paraibana, considerado tombamento nacional do IPHAN, foram escolhidos como objeto de estudo três praças de relevância dentro do contexto urbano, social e histórico da cidade, que passaram por intervenções nos últimos cinco anos: Praça Venâncio Neiva, Praça Vidal de Negreiros e Praça Rio Branco. Cada um destes espaços possui características distintas e usuários singulares, entretanto se agregam em importância, o que resulta nas mais distintas intervenções; o que se questiona, todavia, é que caminho vem sendo trilhado para se obter tais resultados e os aspectos realmente considerados para a realização destas ações em áreas/ bens patrimoniais. Contudo, antes de mergulhar nessa análise, foram conceituados e estudados termos referentes à história da cidade e das praças inseridas neste contexto, resgatando conceitos de praça, entre outros elementos inerentes à forma e às características espaciais de relevância, para que nas propostas futuras perceba-se a importância de não conceber uma ação isolada, mas um conjunto de estratégias que viabilizem um projeto condizente com o lugar e suas necessidades, sem que para tanto se agrida sua memória.

Palavras-chave: Intervenção, Centro Histórico, Praça.

Abstract

The objective of this study is to analyze the recent interventions occurred in public spaces of the Historic Center of Joao Pessoa. Based on the historic site of the capital of Paraiba, considered the national tipping IPHAN, were chosen as study object three squares of relevance within the urban context, social and historic city, which went through interventions in the last five years: Square Venancio Neiva, Vidal de Negreiros Square and Plaza Rio Branco. Each of these areas has different characteristics and unique users, however they are augmented in importance, resulting in more distinct interventions, what is questioned, however, is that the path has been trodden to obtain such results and the actually considered for implementation of these actions in areas / assets. However, before diving into this analysis, we conceptualized and studied terms referring to the history of the city squares and inserted in this context, rescuing concepts of square, among other elements inherent to the shape

and spatial characteristics of relevance to note that in the future-proposals the importance of not conceiving an isolated action, but a set of strategies that enable a project befitting the place and its needs, without providing so much impairs his memory.

keywords: Intervention, Historic Center, Square.

1 INTRODUÇÃO

Há algum tempo, em especial desde a década de 1990, cresce o interesse sobre questões relacionadas aos sítios históricos, primordialmente por parte do poder público que investe em reformas, requalificações e revitalizações nos espaços de caráter patrimonial. Juntamente com outras questões como o aumento populacional, a expansão imobiliária e o (in) conseqüente surgimento das novas centralidades, fatores estes que contribuíram para o esvaziamento maciço dos Centros Históricos da maioria das cidades brasileiras, inicia-se um processo intervencionista, que em diversos casos pretende as mais distintas funções, desconsiderando, por vezes, o contexto em que o objeto de ação está inserido.

Estas intervenções vêm sendo realizadas tanto em edificações como na malha urbana e apresentam formatações e metodologias diversas, as quais nos permitem indagar para que ou para quem intervir, onde se consideram fundamentos históricos, sociais, culturais, a fim de conceber um formato condizente com a área a ser alterada (entenda-se reformada, restaurada e/ ou revitalizada). Em situação oposta, em outras intervenções recorre-se a características cenográficas, buscando propostas que não apreendem os usuários ou a identidade do local, assumindo um cunho apelativo para o *marketing*, maquiando os interesses, os resultados, ou o próprio espaço, tornando-o um “cenário”.

Para o caso da cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, buscando identificar tais pontos no modo de intervir, tomaremos por referência a poligonal de tombamento nacional do IPHAN, podendo assim, escolher um recorte desta área que apresente tais especificidades. Para este trabalho apontam-se três praças de relevância dentro do contexto urbano, social e histórico da cidade, que sofreram intervenções nos últimos cinco anos: Praça Venâncio Neiva, Praça Vidal de Negreiros e Praça Rio Branco.

Estas três praças aqui estudadas estão contidas nos perímetros delimitados como centros históricos pelos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e cultural na cidade de João Pessoa: IPHANⁱ e IPHAEPⁱⁱ. Consideraremos para este estudo o perímetro de tombamento homologado em 2007, que superpõe ao tombamento estadual.

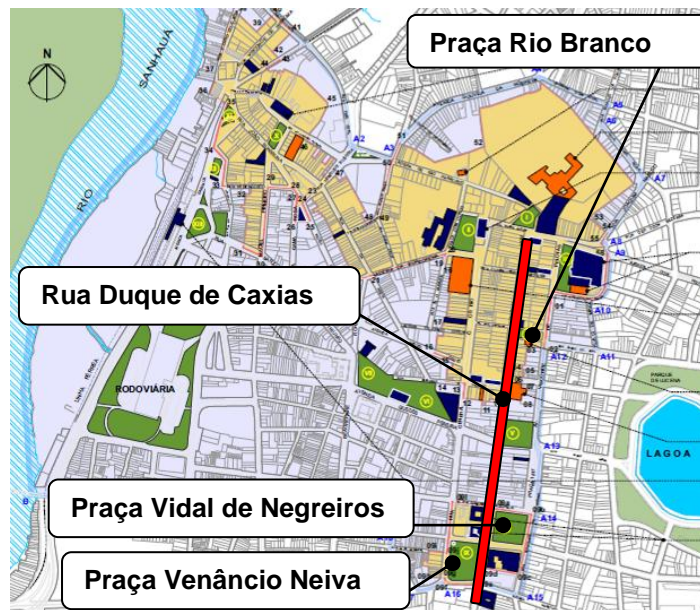


Figura 1: Mapa do Centro Histórico delimitado pelo Iphan. **Fonte:** IPHAN, 2006.

É importante destacar que essas praças estão interligadas por uma mesma via, a Rua Duque de Caxias, que durante muito tempo firmou-se como uma das principais e mais importantes ruas desta capital, por ser um dos eixos de sua estruturação urbana desde o início da formação da cidade.

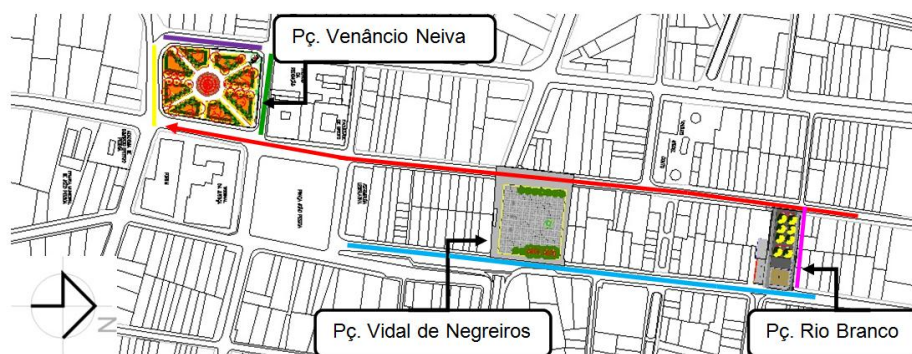


Figura 2: Mapa de localização dos objetos de estudo, em vermelho a Rua Duque de Caxias. **Fonte:** PMJP.

Editado por: Camila Cesar, 2012.

Diante da diversidade de funções e resultados expressos pela intervenções acometidas a cada espaço, como veremos a seguir, faz-se necessária uma análise das propostas aplicadas, a fim de compreender através de uma leitura crítica a validade dos parâmetros adotados para conduzir os projetos levados a cabo no centro histórico da capital paraibana. Estes serão considerados adequados se constatarmos que equacionaram fatores de relevância como o contexto histórico específico de cada espaço, as realidades anteriores aos projetos propostos, o entorno imediato conhecendo cada situação e sua problemática, para que enfim seja possível entender os resultados obtidos, tomando-os como base, para a concepção de outras intervenções.

Diante desta realidade, pretende-se com este estudo, compreender em quais bases – conceitos, justificativas e objetivos a alcançar, se firmaram as intervenções realizadas nestas três praças do Centro Histórico de João Pessoa, considerando o respeito e importância enquanto patrimônio, em virtude da história e identidade que guardam. Para tanto, buscar-se-á observar a necessidade pela qual as intervenções foram implementadas, analisando se os resultados obtidos apresentam-se coerentes ante os projetos elaborados pelo poder público, de forma que possamos refletir através das devidas análises a forma de intervir em espaços públicos de valor patrimonial.

A fim de alcançar os objetivos determinados, construiremos uma linha do tempo que fará referência às transformações ocorridas nos espaços aqui abordados, nos permitindo compreender suas histórias, considerando o resgate de sua identidade, de seus contextos históricos, sociais, patrimoniais e culturais. Após situar a memória de cada praça, faz-se necessário desvendar sua estrutura, funcionalidade e estado de conservação; estas “descobertas” serão feitas por meio da observação *in loco*, que descreverão a realidade local, pontuando-se as características marcantes, sendo assim possível conhecer com verossimilhança as praças em estudo. Além disto, nos valeremos dos documentos oficiais produzidos pelos órgãos responsáveis pelas intervenções ocorridas nos espaços estudados, os quais servirão de base para compreender as ações, suas metodologias e resultados. Por fim, realizaremos uma análise crítica do resultado apresentado após cada intervenção, ratificando a necessidade das intervenções e confirmando (ou não) o objetivo de devolver o espaço a cidade, e aos seus usuários e a forma como tais ações foram expressas.

2 LINHA DO TEMPO: RECONSTRUINDO O PERCURSO HISTÓRICO URBANÍSTICO DAS PRAÇAS

A 05 de agosto de 1585, é fundada a cidade sede da Capitania da Paraíba, que recebeu o nome de Filipéia de Nossa Senhora das Neves. Esta detinha grande interesse para a coroa portuguesa fazendo parte do conjunto de ações que vislumbrava a ocupação do litoral setentrional brasileiro. Foi implantada em um sítio de topografia acidentada, formada por uma área ribeirinha, adequada para a fundação de um porto comercial e um elevado que permitia uma boa visualização do Rio Sanhauá, canal de circulação de homens e mercadoria.

Assim sendo, a cidade passa a se formar levando em consideração o relevo, que a dividia, conseqüentemente, em Cidade Baixa (bairro do Varadouro) – as margens do Sanhauá e Cidade Alta, que compõem, atualmente, parte do Centro Histórico de João Pessoa.

Com esta conformação da cidade perceberam-se “singulares características” que definiam não um descaso organizacional, mas uma organicidade decorrente das necessidades de

seus povoadores e da topografia encontrada, “o arruamento desse novo povoamento deu-se entre o final do século XVI e o início do século XVII” (AZEVEDO, 2010, p. 44). Com uma estrutura mais bem definida, apresentam-se duas ruas que passaram a nortear o seu crescimento, a Rua Nova (atual General Osório) e Rua Direita (atual Duque de Caxias), que devem ter sido eixos orientadores do traçado regular que caracterizava a cidade alta.

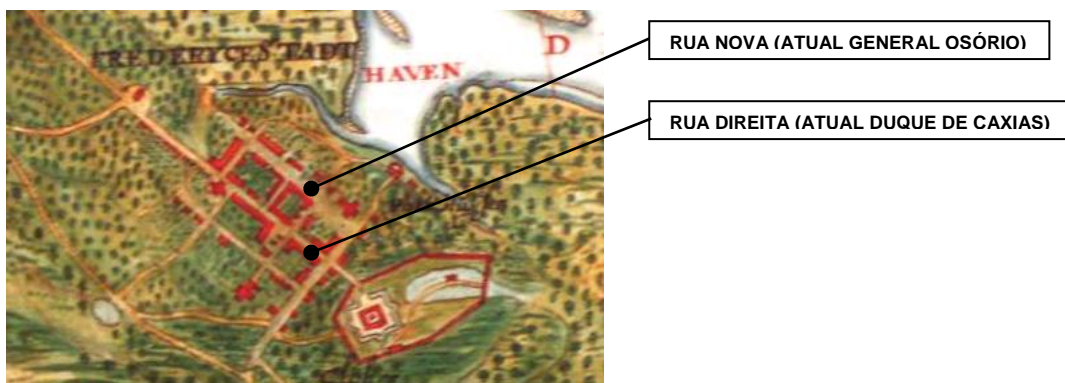


Figura 3: Recorte do mapa “Frederica Civitas” – Capitania da Paraíba retrata em meio à ocupação holandesa (1635). **Fonte:** Reis Filho, 2000. **Editado por:** Camila Cesar, 2012.

Seguindo o percurso da Rua Direita, alcançaremos as três praças, cada qual inserida em um período distinto da história da cidade, até que a chegada do século XXI, quando estas vivenciaram seus processos de intervenção.

Compreendido o contexto de formação da cidade, traçaremos uma linha do tempo que considerará os espaços tomados como objeto de estudo, pontuando-os numa sequência temporal crescente – seu surgimento na *urbs* e suas transformações.

A) Praça Rio Branco

Em 1610, constitui-se uma praça laica, com características divergentes em relação aos espaços públicos da época, adros e largos, que detinham funções religiosas. Espaço constituído para abrigar eventos de caráter civil, o Largo da Câmara foi assim denominado por abrigar a Casa de Câmara e Cadeia da cidade e o pelourinho, como destaca a figura 4. Já no século XVIII passa a chamar-se de Largo do Erário, abrigando não somente as construções já citadas, mas também a Casa do Erário, ou casa dos Contos e o primeiro açougue da cidade. Estes fatos se deveram a necessidade do poder em estabelecer-se em local fixo e reconhecido, não vinculado a Igreja Católica e conectado aos principais logradouros da cidade pela dita Rua Direita.

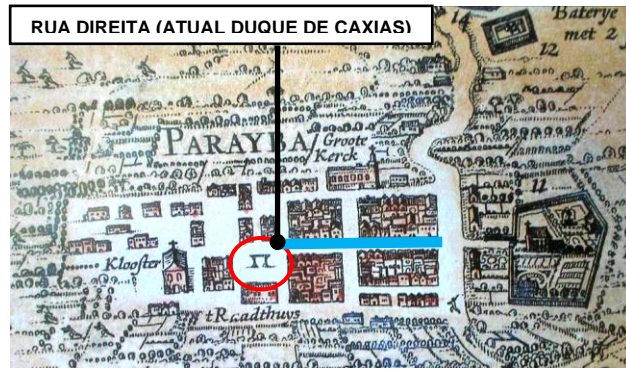
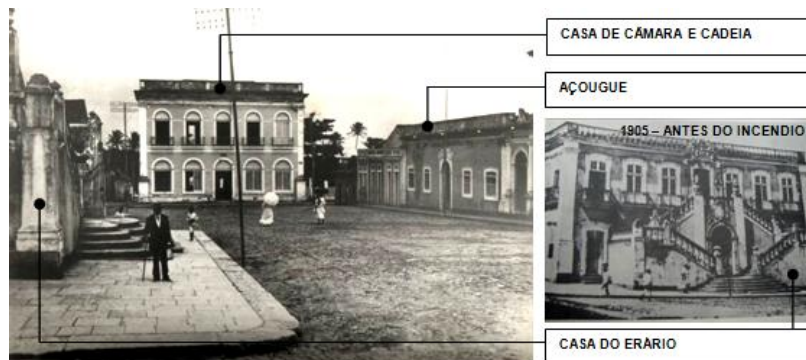


Figura 4: Mapa da cidade da Parayba, em 1634, em destaque o pelourinho circunscrito e em azul a Rua Direita.
Fonte: REIS, 2000.

Apenas com a chegada do século XX, no ano de 1918, introduzidos ideais modernizadores de circulação, saneamento e embelezamento, ocorre a transformação do Largo do Erário em Praça Rio Branco; esta recebe mobiliário e canteiros, adequando-se as novas tendências urbanísticas em vigor. O espaço auffer uma nova fisionomia, deixando de ser uma praça restritamente cívica, ganhando adornos que lhe concediam novas possibilidades de uso, melhor recebendo seus usuários que buscavam a vivência social. Resistiam ao tempo ainda que com alterações em sua arquitetura os prédios do Açougue, a Casa de Câmara e Cadeia e a Casa do Erário.



(a)



(b)



(c)

Figura 5: Praça Rio Branco, (a) 1910, (b) 1924 e (c) 1926 respectivamente. **Fonte:** Acervo do Museu Walfredo Rodrigues.

B) Praça Venâncio Neiva

Seguindo a linha da Rua Direita, em direção sul, foi edificado no século XVIII o conjunto jesuíta, seminário, igreja e colégio, ao lado deste, com o passar do tempo foi se configurando um espaço aberto, sem cuidados evidentes, com vegetação natural e sem tratamento paisagístico, constituindo um descampado sem finalidade definida. Esta configuração permanece até o século XX, quando ganha as feições da Praça Venâncio Neiva, inaugurada em 1917.

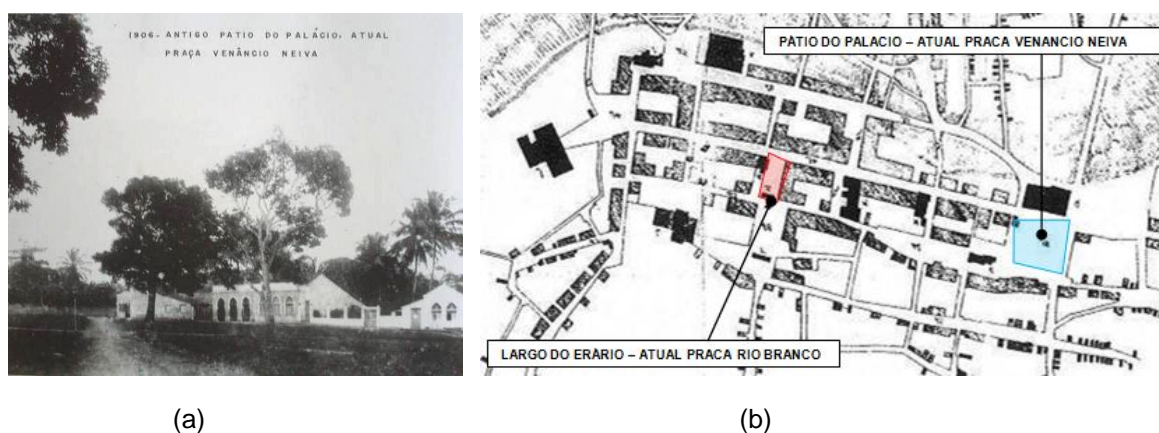


Figura 6: (a) Pátio do Palácio, 1906, atual Praça Venâncio Neiva. **Fonte:** Acervo do Museu Walfredo Rodrigues. (b) Recorte do mapa da Cidade da Parahyba, levantada por Alfredo de Barros Vasconcelos em 1855. **Fonte:** IPHAEP. **Editado por:** Camila Cesar, 2011.

Neste contexto de início do século XX, deflagra-se um processo de remodelação da cidade, com a valorização dos espaços livres públicos, de forma que estes fossem organizados para melhor receber a população. Segundo Tinem (2006, p. 96) estas ideias de melhoramento foram resultantes de ações que visavam o embelezamento, saneamento, ampliação de espaços a fim de valorizar a circulação.

No Brasil, cria-se uma perspectiva de “atraso” em relação às sociedades “modernas” e, por conseguinte o desejo por mudanças nas cidades de estrutura colonial. Desencadeando assim um processo de remodelação (início do século XX) que visava

[...] romper com o acanhamento da cidade colonial através de uma série de intervenções públicas e privadas: demolições, alargamento de ruas, política de saneamento e disciplinarização da população trabalhadora, novas formas de viver e lazer são alguns destes elementos que tinham por objetivo a constituição de uma cidade bela, higienizada, onde os homens e as mercadorias pudessem livremente circular, fazendo dela um corpo saudável, enfim, uma cidade moderna. (LANNA, 1993, p.357)

Em maiores ou menores proporções, as cidades brasileiras vão ser alvo de reformas que tinham por meta adequá-las a este novo discurso. Em João Pessoa, diante de tais prerrogativas, o então Pátio do Palácio, no recorte temporal correspondente ao governo de Camilo de Holanda (1917), recebe ajardinamento e modelagem arquitetônica que propunha a inserção de um coreto na fachada noroeste e uma fonte central, que em 1929 foi substituída pelo pavilhão que deu ao lugar o pseudônimo de Pavilhão do Chá, no governo de João Pessoa.



Figura 7: Praça Venâncio Neiva em 1920 e 1929 respectivamente. **Fonte:** Comissão do Centro Histórico.



(a)



(b)

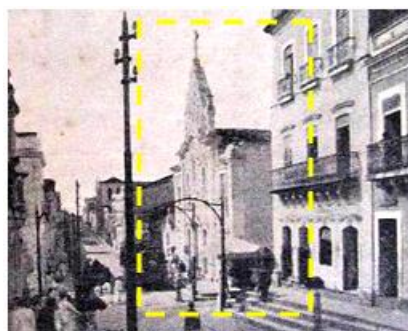
Figura 8: Praça Venâncio Neiva com seu coreto em (a) 1920 e (b) 1929 (com o pavilhão central). **Fonte:** Comissão do Centro Histórico.

Esta conceituação passa a ser acolhida pela sociedade e pela administração pública, ao se divulgarem os benefícios trazidos pelo paisagismo implantado nos espaços públicos, que reconhecidos como praças tornam-se sinônimo de sociabilidade (AZEVEDO, 2011, p. 84).

[...] a praça é lugar intencional de encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestação de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas. Outros espaços como o largo, o terreiro, não podem ser assimilados ao conceito de praça. São de certa maneira espaços acidentais: vazios ou alargamentos da estrutura urbana e que, com o tempo, foram apropriados e usados (LAMAS, 2001, p. 102).

C) Praça Vidal de Negreiros

Um dos maiores representantes desta modernidade vigente foi o bonde, meio de circulação popular no início do século XX e que na capital paraibana seguia o percurso da Rua Direita, chegando ao seu ponto final no lado da Igreja do Rosário dos Pretos.



(a)



(b)

Figura 9: (a) Igreja do Rosário dos Pretos em 1922 e (b) a planta esquemática do lugar. **Fonte da foto e da planta:** Acervo Humberto Nóbrega; Baracuhy et al., respectivamente.

Aproveitando-se da vocação detida pelo espaço, o poder público opta pela demolição – em 1923, da igreja ali situada e a implantação de um largo que se compunha de uma praça de carros de aluguel, uma torre central de relógio, um pavilhão comercial na fachada oeste, permanecendo em seu perímetro o terminal dos bondes – que determinou o título de Ponto de Cem Réis, equivalente ao valor da passagem cobrado e que denomina o lugar até os dias atuais, mesmo este sendo legitimamente chamado de Praça Vidal de Negreiros, erigida em 1924.

Segundo Vidal (2004, p.23), a construção da Praça Vidal de Negreiros foi um dos “desdobramentos mais sintomáticos e de máxima visibilidade”, ao considerarmos as reformas urbanas ocorridas no começo do século XX. Compondo assim um conjunto de ações que tomavam como base uma legislação em formação, como o Decreto nº 32 de 04/02/1921, que “delimitava os perímetros urbanos e suburbanos e instituía normas disciplinadoras para futuras construções nas áreas por ele delimitadas” (VIDAL, 2004, p. 22), que auxiliou de forma considerável a transformação que se instalava, bem como planos de remodelação e de expansão, objetivando uma adequação da *urbs* às necessidades vigentes.



(a)



(b)

Figura 10: Em (a) 1924 e (b) 1930 temos o retrato do Ponto de Cem Réis, vendo-se a torre do relógio e pavilhão.
Fonte: Acervo Humberto Nóbrega.

Como se constata pelas afirmações de Vidal (2004, p.23) a reforma realizada a fim de conceber a Praça Vidal de Negreiros foi uma das ações mais expressivas deste processo de modernização, visto que este refletia não somente as melhorias urbanas, com a criação de novos espaços, mas também uma obra de grande visibilidade, estratégia de marketing administrativo, sendo este valorizado até os tempos atuais.

Em 1951, a Praça Vidal de Negreiros passa pela sua primeira transformação, onde se buscava um espaço mais propício ao convívio social; retira-se então a torre central do relógio, o pátio de veículos e o pavilhão lateral. Quanto ao bonde, este é removido da circulação interna da praça, passando a trafegar em sua zona periférica, a Rua Duque de Caxias, antiga Rua Direita (AGUIAR, 2002, p. 241-242). Em substituição, constroem-se dois pavilhões que se distribuíam um na fachada leste e outro na oeste, dispondo de engraxates e oferecendo os serviços de bomboniere, cafeteria, lanchonete (SARMENTO et al. 2010). Percebe-se também uma valorização paisagística do espaço, com a inserção de árvores de baixo porte, o que propiciava a permanência no local após a intervenção. Nesta mesma época insere-se o Paraíba Palace Hotel, edificação de expressão arquitetônica social, que ainda na década de 1950 passa por uma ampliação, recebendo o relógio da torre central da praça.



(a)

(b)

Figura 11: (a) Praça Vidal de Negreiros, à direita parte do Paraíba Palace Hotel, ao fundo o remanescente dos dias atuais – Edifício das Nações Unidas. **Fonte:** Acervo Humberto Nóbrega. (b) Praça Vidal de Negreiros, à esquerda parte do Paraíba Palace Hotel, ao fundo o ainda hoje existente – Edifício do IPASE. **Fonte:** Acervo Humberto Nóbrega.

Até os anos de 1960 o bairro do Centro foi perdendo seu vigor social, mesmo ainda sendo espaço de reconhecida importância para a cidade; ganhando feições cada dia mais comerciais. Então, na década de 1970, “num período onde o planejamento urbano valorizava novas soluções para a circulação viária na cidade, dotando-a das mais duvidosas facetas da “modernidade” (GUEDES et al. 2010, p.9), o prefeito Damásio Franca, em prol de uma circulação de veículos mais fluida, decide por intervir na Praça Vidal de Negreiros. O projeto propunha uma praça com desníveis, espelho d’água e o mais relevante, um viaduto que subdividiu o espaço, segregando os usuários do Paraíba Palace do convívio de seu entorno.



(a)



(b)



(c)

Figura 12: Praça Vidal de Negreiros, 1970 (b) e 2004 (a/ c). **Fonte:** Acervo Humberto Nóbrega, Denise Lemos (2004).

Tal intervenção perdurou durante 40 anos, sendo a princípio, como toda novidade, exaltada por população e governantes, mas caindo em desuso, em virtude dos espaços isolados pela variação de níveis de piso e favorecimento da circulação de veículos, depreciando pedestres. Por fim, alcança o estágio de degradação inerente aos três espaços aqui estudados, iniciando-se um processo de desprestígio econômico e social que atingiu a área central da cidade a partir do final do século XX. Melo (2009, p. 27) revela que “foi entre os anos de 1970 e os dias atuais, que a cidade de João Pessoa passou por transformações mais radicais na sua estrutura intra-urbana, com a intensificação da expansão territorial para a zona leste”, considerando as novas aglomerações na faixa litorânea, formadas pela

população mais abastada e na zona sul, que em decorrência do êxodo rural passa a habitar conjuntos habitacionais, especialmente edificadas para esta população de menor renda. Carecendo de infraestrutura, estes espaços recém-gerados eram contemplados com comércio e serviços, resultando na formação de novas centralidades e no esvaziamento da área central.

O sítio central vai aos poucos perdendo sua importância funcional e construtiva, como afirma Melo (2004, p. 29), formando um cenário de degradação, caindo no “esquecimento”.

No início da década de 1980, a cidade alta se configurava como o mais seletivo centro de compras da sociedade, mas nos anos seguintes, este tipo de comércio acompanhou o deslocamento da população de maior poder aquisitivo que se transferiu para os bairros da orla marítima. O centro antigo foi, então, ocupado por estabelecimentos voltados para um público de poder aquisitivo menor, o qual, até então, tinha se mantido no Varadouro, que por sua vez passava por crescente decadência econômica (SILVA et al, 2011).

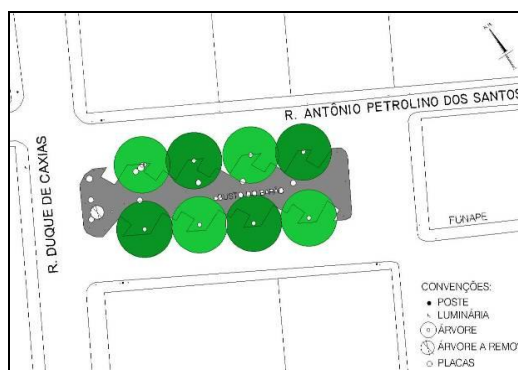
Desta forma, as praças contidas no centro antigo deixam de ser ponto de encontro e convivência e passam a ser continuamente descaracterizadas, em suas funções e em estrutura. A imagem apresentada para cada espaço é de um patrimônio desprestigiado.

3 PERCURSOS CULMINANTES NA INTERVENÇÃO

A) As praças no período pré-intervenção

a.1) Praça Rio Branco

No ano de 2008 tinha sua aparência e função distante àquela pertinente a uma praça, pois se configurava como um estacionamento de veículos. Sendo assim, o espaço que teoricamente deveria atrair e abrigar a população de maneira agradável e confortável, era ocupado, na verdade, pelos autos que desrespeitosamente invadiam o passeio público já tão pouco convidativo.



(a)

(b)

Figura 13: Planta (a) e Vista da Praça Rio Branco (b), 2008. **Fonte:**

<<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2010/8/16/praca-rio-branco-e-revitalizada-no-centro-historico-de-joao-pessoa>>. **Acesso em:** 02/05/2012; PMJP, 2011.

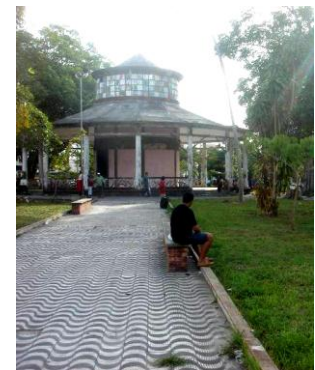
Diante da situação, o Memorial Descritivo do projeto de intervenção da Praça Rio Branco, acertadamente afirmou que “vivenciar hoje (2008) esse espaço é praticamente impossível”. O recorte dado ao piso também não contribuía para um passeio contínuo, além da interferência causada pelas espécies de *ficus* inseridas em seu perímetro (oito no total), cujas raízes, não dispostas em uma estrutura de canteiro adequada, depredavam a calçada, aumentando ainda mais o desinteresse pelo espaço. Esta desordem limitava não somente a legibilidade da praça, mas também a de seu entorno, que apresenta consideráveis modificações, mas que ainda guarda memória de importantes edificações da administração da cidade.

a.2) Praça Venâncio Neiva

No período pré-reforma, suas edificações, pavilhão e coreto, eram usados como abrigo por infratores, usuários de droga e garotas de programa, realidade esta que somada à “desinteressante”, para os padrões atuaisⁱⁱⁱ, estrutura física da Venâncio, só contribuiu para o esmorecimento deste lugar culturalmente rico.



(a)



(b)

Figura 14: Praça Venâncio, 2008. **Fonte:** Memorial Descritivo Praça Venâncio Neiva, 2011.

a.3) Praça Vidal de Negreiros

Foi a praça que mais rompeu com seu padrão antecedente, restando apenas suas quatro árvores laterais e a demarcação por diferenciação de piso daquilo que se referia aos limites da rua (Duque de Caxias) e do logradouro. No período pré-intervenção (até 2009), a praça juntamente com os seus arredores, já havia passado por alterações significativas: a alça de

acesso que ligava o Viaduto Damásio Franca à cidade alta, havia sido interditada em prol da transformação da Rua Duque de Caxias em calçadão.

Esta configuração que perdurava há 40 anos possuía uma grande quantidade de níveis e a existência de uma rua não utilizada por veículos favoreceram o surgimento de “refúgios para marginais”, “engrossando” a crise social que aflige o centro histórico pessoense. Por isso, apenas as áreas próximas aos comércios e serviços oferecidos em sua periferia eram frequentadas, “seguras”, “aceitas”, “movimentadas”, enquanto que o seu interior era evitado, perigoso e pouco “prático”, em vista da dificuldade em “vencer” os diferentes níveis que compunham a Vidal.

As praças aqui estudadas foram se transformando ao longo de toda a sua história, culminando na distorção de algumas de suas características físicas, funcionais e culturais. E isso fez com que surgisse a necessidade de requalificá-las; com esse pensamento buscaremos compreender quais as intenções eram demonstradas pelos responsáveis pelas reformas da Venâncio Neiva, Vidal de Negreiros e Rio Branco, baseando-se em seus memoriais descritivos.

B) Análise com base nos memoriais descritivos

Compreendidos o contexto urbano e histórico das praças Rio Branco, Venâncio Neiva e Vidal de Negreiros, e a realidade que, sob o nosso ponto de vista, levou às intervenções nelas executadas, neste tópico, iremos discorrer acerca de como se deram e do que pretendiam as reformas através de “suas próprias palavras”, ou seja, tomando como base os memoriais descritivos apresentados pela Prefeitura Municipal.

Exporemos as ideias de cada memorial destacando a problemática, justificativas soluções apontadas, considerando todos os projetos têm o mesmo tipo de objeto, um espaço livre público inserido em área histórica, e o mesmo objetivo, revitalização, a “devolução” desse espaço à população. Vide os objetivos específicos pensados para a Praça Rio Branco: recuperação dos espaços degradados e subutilizados, visando devolver o caráter de centro de vivência.

Destacamos o almejo por uma reestruturação social, os documentos da Venâncio e da Vidal comentam a sua depredação e marginalização, citando a presença de infratores, prostitutas e usuários de drogas. Defendendo, no entanto, a ideia de que as “reformas urbanas” podem, por si só, dar cabo a esse problema, quando na verdade, elas apenas colaboram para sua solução. Especialmente quando consideramos a sua proporção. Ações tão pontuais, tão “diminutas”, não conseguem dissolver questões de grandeza multidisciplinar.

Com exceção o documento apresentado em virtude da intervenção da Praça Rio Branco, os demais memoriais – Praça Venancio Neiva e Praça Vidal de Negreiros, encontram-se vagos e pouco aprofundados nas questões que subsidiariam as ações, não demonstrando com clareza as intenções ou justificativas que embasaram o projeto.

Em suma temos os seguintes apontamentos sobre cada publicação oficial:

b.1) Praça Rio Branco

- Construção de um passeio contínuo, favorecendo a circulação do pedestre/ usuário;
- Retirada de placas e letreiros das edificações circunvizinhas, de forma que fossem preservadas as fachadas remanescentes de outrora, guardando os poucos exemplares significativos que subsistem;
- Inserção de mobiliário apropriado para a permanência da população, aproveitando-se da “vocação natural” do espaço:  rea de “desafogo” em meio as edificações de grande porte, sombreado pela copa de oito árvores.



(a)



(b)

Figura 15: Praça Venâncio, 2008 (a) e 2012 (b). **Fonte:** Memorial Descritivo Praça Venâncio Neiva, 2011.

b.2) Praça Venâncio Neiva

- Relata sua constru o histórica em apenas uma página, não permitindo a contextualiza o e compreensão do espaço e seu entorno;
- A falta de “valor patrimonial” aplicada a alguns aspectos da praça: bancos, pisos, vegeta o; não explicitando o conceito ao qual se refere esta “justificativa”;
- Relato de a oes pontuais, baseadas na retirada de algo e em sua substitui o por outro, sem que se possa perceber a “real” inten o deste tipo de interven o.

- Preocupação enfática com os problemas sociais (prostituição, narcotráfico), entretanto não apresenta uma solução ou meio paliativo evidente – apenas a intervenção, permanecendo a problemática;



Figura 16: Praça Venâncio Neiva e sua população “marginal”. **Fonte:** < blogtiaolucena.blogspot.com>. **Acesso em:** 24/04/2012; Camila Cesar, 2011.

- Restauração (pintura e reparos) nas edificações contidas em seu perímetro (pavilhão central e coreto), dando-lhe um “aspecto visual mais agradável”, mas não implicando nenhum novo uso, inviabilizando um estado de “**revitalização**”.

b.3) Praça Vidal de Negreiros

- Planificação do piso, com a retirada de todos os níveis, auxiliando a “unificação” do espaço da praça, permitindo uma integração dos arredores com seu núcleo por meio da cobertura do viaduto e alça de acesso a Rua Duque de Caxias;

- Retirada da arborização local para que o espaço seja um grande pátio que veja a abrigar shows e demais atividades culturais, culminando em um espaço quente – pela incidência direta e constante do sol, e sem nenhuma cobertura que favoreça uma amenidade climática, além de dependente do poder público – que para lhe impelir “alguma” funcionalidade deve constantemente investir em eventos, podendo, do contrário o mesmo retornar ao marasmo e, por conseguinte a degradação;

- Mobiliário colocado em suas áreas marginais, deixando sua área central livre – o que descaracteriza o espaço como praça^{iv}, tornando um grande descampado;

- Relatos que comprovam preocupação/ interesse com questões sociais e de segurança, bem como na Praça Venâncio Neiva, sem apresentar soluções fatídicas, onde ainda observamos os mesmos problemas no período pós-intervenção;

- “Pseudo-preocupação” com as edificações de entorno, pois aponta a nova configuração do espaço como benéfica para uma leitura “livre e coerente” do lugar. Será? Com a nova

função atribuída ao Ponto de Cem Réis temos uma deturpação quanto às referências de localização, já que como demonstram as figuras 27 e 28 existem muitos obstáculos “móveis-fixos”^v (figuras 29 e 30) que não orientam o usuário para a importância do meio em que está sendo frequentador, resultado de uma função que o espaço não comporta.

- Implantação de um piso contínuo para a praça e seu calçadão lateral, sendo os espaços diferenciados apenas pelo tipo e coloração de sua paginação. No percurso da Duque de Caxias foi inserido mobiliário urbano, com destaque para os bancos em madeira, com encosto e braço, diferente daquele oferecido aos usuários da praça (um acento em concreto). Este quadro favorecia a permanência não na área central da praça, mas em seu calçadão, havendo assim uma “inversão de papéis”, de funções, onde a praça passa ser rua e a rua a ser praça (figuras 31 e 32).

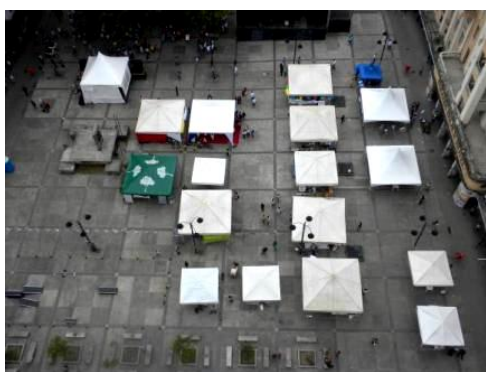


Figura 17: Vista do Ponto de Cem Réis durante um evento, 2011. **Fonte:** Camila Cesar, 2011.



Figura 18: Vista do Ponto de Cem Réis durante show noturno, 2012. **Fonte:** Portal WSCOM, 2009. **Figura 30:** Vista do Ponto de Cem Réis com estrutura montada para evento, 2011. **Fonte:** Camila Cesar.



(a)



(b)

Figura 19: (a) Vista do Ponto de Cem Réis – bancos utilizados na sombra. **Fonte:** Camila Cesar, 2011. (b) Vista do Calçadão da Duque de Caxias, onde as pessoas se sentam a sombra dos edifício, deixando de utilizar a praça. **Fonte:** Camila Cesar.

- Não se observa alguma consideração no que se refere aos usuários efetivos do espaço – o que eles precisam ou querem, evidenciado pelo mobiliário aplicado e pelo grande número de idosos presentes (SILVA et al, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho evidenciamos necessidades reais para a execução de projetos de intervenção nos espaços livres públicos do Centro Histórico de João Pessoa. Observamos o descaso, desvalorização e depredação destes espaços que compõem a história da cidade, e merecem ter sua imagem resgatada e preservada. Ainda assim, os estudos realizados indicam que a forma de como os projetos foram propostos, não viabilizam a compreensão do espaço, valorizando sua identidade e seu entorno.

Para se intervir em uma área patrimonial faz-se necessário um estudo aprofundado sobre o contexto em que ela está inserida, a memória que guarda e quem é o público alvo a ser atingido, de forma que sejam primados ideais de coletividade e funcionalidade. Através da análise dos Memoriais Descritivos das três praças constatou-se quão importante é um estudo aprofundado dos objetos da intervenção, visto que conhecimentos superficiais retratam um projeto ineficiente, ou inadequado.

Tal situação foi averiguada pela insipiência apresentada por dois documentos, o da Praça Vidal de Negreiros e da Praça Venâncio Neiva, que não esboçam subsídios que justifiquem o tipo de ação aplicada, ou a realidade própria de cada lugar. As propostas acabam por traduzir um “enxerto urbano” ou “maquiagem”, respectivamente, em vez de valorizar os aspectos patrimoniais, de forma que, sem palavras, pudesse comunicar a história de um tempo remoto da cidade.

É preciso compreender também, que um projeto de intervenção, por si só não é capaz de solucionar todas as problemáticas inerentes às determinadas praças, o que torna vaga as justificativas sociais dadas a cada intervenção: como sanar a marginalização, introduzir valores culturais e educacionais por meio dos eventos podendo incitar o retorno ou visitação ao sítio histórico. Eficiente   realizar ações que respeitando as praças enquanto patrim nio, somando-se valores, possa devolver os espaços   sociedade, como o que vimos na Praça Rio Branco, sem permitir que os mesmos venham a ter sua história deturpada.

Ao confrontarmos o que foi proposto com aquilo que foi executado   possível perceber grande proximidade entre ambos, o que demonstra que muitos problemas encontrados estão enraizados nos princípios da elabora o dos projetos, o que não se faz claro são os conceitos, justificativas e objetivos a serem alcançados. Salvo o memorial de interven o da Praça Rio Branco, os demais relatam as estratégias sem embasar suas escolhas, ou analisar os “prós e contras” de suas decisões.

Por fim, observamos a repeti o de um quadro anterior às interven es, com uma problemática resistente às requalifica es, somando-se agravantes, como a desconstru o da memória fincada no imaginário da sociedade. Não nos referimos aos aspectos negativos que foram impelidos pelo esvaziamento e degrada o do centro histórico, mas a aliena o espacial que se impõe a espaços como ao “novo” Ponto de Cem Réis, sempre numa “corda bamba” entre investimentos públicos de caráter cultural e o marasmo de outrora. Ou ainda, um Pavilhão do Chá “recauchutado” que permanece inerte numa sociedade que não o agrega ao seu convívio, mas que lhe expurga, juntamente com seus usuários.

Não podemos concluir sem uma última considera o, que nos remetem às questões de interdisciplinaridades que formam o conjunto de aspectos que devem ser considerados: as praças relacionadas permanecem, bem como toda a área central, setorizada pelo comércio e serviço, dependente dos horários comerciais. O que nos confirma quão irrisória pode ser uma interven o se o investimento para que o centro seja vivido for pontual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Maria Helena de Andrade. **A Rua Direita em Preto e Branco – Cidade da Parahyba (1870-1930)**: Fotografias de arquitetura numa leitura histórico-morfológica da paisagem urbana. João Pessoa, 2010. Disserta o (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-gradua o em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 2004.

LANNA, Ana Lucia Duarte. **Santos 1870/ 1914: transforma es urbanas e sociais**. I Seminário de História da Cidade e Urbanismo, 1992.

MELO, Tadeu de Brito. **Do vazio urbano: identificação e análise dos vazios urbanos do centro tombado de João Pessoa.** Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPB, 2009.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.** São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000.

Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). **Memorial Descritivo da Praça Vidal de Negreiros.** Secretaria do Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, 2009.

Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). **Memorial Descritivo da Praça Venâncio Neiva.** Secretaria do Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, 2009.

Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). **Memorial Descritivo da Praça Rio Branco: Restauração da Praça Rio Branco.** Plano de Ação para Cidades Históricas - IPHAN em parceria com a Secretaria do Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, 2009.

SILVA, Anne Camila C. ; GOUVEIA, J. A. ; MARROQUIM, F. M. G. ; VIDAL, W. C. L. **Ponto de Cem Réis: o eterno protagonista no Centro Histórico de João Pessoa.** II Seminário Internacional Morte e vida dos centros urbanos. Maceió, 27 de setembro a 01 de outubro de 2011.

TINEM, Nelci (org.). **Fronteiras, Marcos e Sinais. Leituras das Ruas de João Pessoa.** João Pessoa: UFPB, 2006.

VIDAL, WylInna. **Transformações urbanas: a modernização da capital paraibana e o desenho da cidade, 1910-1940.** Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós Graduação em Engenharia Urbana. João Pessoa, Paraíba, 2004.

ⁱ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em cujo perímetro de trabalho se encontra a Praça Rio Branco, estando as outras duas inseridas na poligonal de entorno.

ⁱⁱ Instituto do Patrimônio Histórico Artístico do Estado da Paraíba, cuja poligonal de tombamento abarca as três praças.

ⁱⁱⁱ Este comentário se baseia na seguinte situação: o caráter contemplativo que a Praça Venâncio Neiva ganhou, tendo em vista que o seu coreto e o seu pavilhão há muito não são usados, acabou a tornando um espaço com poucos atrativos, restando “apenas” a possibilidade de se entreter com o entorno, de experimentar o espaço “cru” entre conversas, passeios e meditações. E, no entanto, se pensarmos o que movimenta as praças hoje, logo iremos visualizar atividades esportivas, a realização de eventos ou mesmo a existência de algum tipo de comércio, principalmente de alimentos, onde o cidadão realiza uma ação mais “ativa” que “simplesmente sentar” ou caminhar por entre os percursos da praça, há uma ânsia por elementos convidativos e estimulantes.

^{iv} “se a rua, o traçado, são os lugares de circulação, a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas” (Lamas, 2004, p.100-102).

^v Trata-se da infraestrutura montada para suprir as necessidades de cada evento realizado. Estes paramentos se estabelecem por tempo “indeterminado” para que agrupe todas as atividades com datas próximas.